



6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CNPI

Pauta

Dia 16/04

- Apresentação da CNPI para as lideranças locais
- Apresentação das organizações indígenas de Roraima
- Discussão a respeito dos seminários sobre impactos em terras indígenas
- Relato e encaminhamentos sobre a situação Guarany Kaiowá/Mato Grosso do Sul

Dia 17/04

- Informe do Ministério da Saúde sobre a “Secretaria de Saúde Indígena”
- Informe sobre GGIM (Segurança e povos indígenas)

Manhã do dia 16 de abril

A Secretária Executiva da CNPI, Teresinha Gasparin Maglia/MJ, deu início à reunião cumprimentando e desejando um trabalho proveitoso para todos, nesta reunião realizada na aldeia Maturuca, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, estado de Roraima. A seguir, explicou que, em face da ausência do Presidente da CNPI, bem como de seu substituto, e atendendo a um anseio da bancada indígena, considerava adequado que a reunião fosse presidida por um indígena. Nesse sentido, o plenário chegou ao consenso de que a 6ª Reunião Extraordinária da CNPI seria presidida pela indígena Pierlângela Wapichana, que além de membro indígena da Comissão trata-se também de uma importante liderança do estado de Roraima.



Assumindo a presidência da reunião, Pierlângela Wapichana propôs que iniciassem os trabalhos com a aprovação da ata da 12ª Reunião Ordinária da Comissão, ocorrida em Brasília, entre os dias 04 e 05 de março de 2010. No entanto, decidiu-se por aprovar a ata ao final da reunião, a fim de que os membros que não ainda não a tivessem lido pudessem tomar conhecimento de seu teor.

Apresentação da CNPI para as lideranças locais

Dando prosseguimento aos temas da pauta, a presidente em exercício Pierlângela ressaltou que, devido à importância do fato de a reunião da CNPI estar acontecendo no interior da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, havia sido definido como encaminhamento que a reunião da CNPI seria iniciada com a apresentação da CNPI aos representantes das organizações indígenas locais, seguida da apresentação destas lideranças à Comissão.

Isso posto, convidou as seguintes lideranças para fazer parte da plenária: o tuxáua da aldeia Maturuca, senhor Dejacir; Jacir José de Sousa, tuxáua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol; Evaldo André, coordenador da região das Serras; Dionito José de Sousa, coordenador do Conselho Indígena de Roraima - CIR; Rocildo, coordenador da região do Surumu; Leuma Ferreira, da APIR; Martilsa de Lima, vice-coordenadora da Organização das Mulheres Indígenas de Roraima - OMIR; Jenivaldo Moraes, Presidente da Associação dos povos Indígenas da Terra Indígena São Marcos; e Marineide Macuxi, vice-coordenadora da Organização dos Índios das Cidades.

A Secretária Executiva fez, a seguir, apresentação sobre a CNPI, na qual explicou como a Comissão foi criada, sua função e finalidades; tratou a tramitação no Congresso Nacional da proposta de criação do Conselho Nacional de Política indigenista; fez a apresentação dos representantes da bancada governamental e indígena; informou sobre os novos ministérios que farão parte do Conselho e sobre a forma de trabalho da Comissão, entre outros temas.



Comissão Nacional de Política Indigenista
6ª Reunião Extraordinária
Boa Vista – Roraima, 16 e 17 de abril de 2010

Ao final da apresentação a palavra foi aberta para as lideranças indígenas locais, a fim de que dirigissem algumas palavras iniciais à CNPI. O tuxaua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, o senhor Jacir, afirmou que o seu povo passou por muitas dificuldades para conquistar a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, inclusive com a perda de vidas, ressaltando que, ao convidar a CNPI a idéia era que pudessem festejar juntos, mas que ao saber que a reunião seria realizada ficou feliz também. Ressaltou ainda que a presente festa estava sendo realizada para de certa forma “fechar o relatório”. Destacou que aguardavam também o presidente da Funai para participar da festa, e que a presença de todos era motivo de grande alegria.

Prosseguindo, o senhor Jacir desculpou-se por não dispor de uma estrutura melhor para a realização da reunião, destacando que a obra [da igreja] foi feita pelos próprios índios, que obtiveram por conta própria tanto o projeto como os materiais, destacando que isso marca o trabalho ao qual estão dando início a partir deste momento, sendo que, uma vez fechado o relatório, vão passar para uma nova fase do trabalho. O tuxáua afirmou que recebem críticas de que há muita terra para poucos índios, no entanto como se pode ver essa terra é para todas as pessoas que estão presentes nessa ocasião. Em seguida, convidou os membros da CNPI para participar das atividades, desculpando-se por não poder estar presente o tempo todo na reunião, uma vez que estão se preparando para receber tanto o presidente da Funai como o Presidente da República.

Finalizando, o tuxáua Jacir afirmou que devem continuar lutando pelas terras que ainda não foram demarcadas, devem lutar por todos os povos indígenas que estão sofrendo, afirmando que espera que possam conversar com o Supremo, como foi feito no caso de Raposa, contando que viajou por seis países em busca de apoio até chegar a esse momento. Estão agora pensando como vão trabalhar daqui para frente, para que numa próxima oportunidade, ao invés de receberem apoio da Conab, como aconteceu nessa festa, possam produzir tudo eles próprios, sem depender da ajuda de ninguém. Afirmou que fizeram também essa festa no sentido de buscarem ver como conseguir ajuda para trabalharem dali para frente,



Comissão Nacional de Política Indigenista
6ª Reunião Extraordinária
Boa Vista – Roraima, 16 e 17 de abril de 2010

pois as riquezas que existiam na terra indígena – madeira, caça, pesca –, não existem mais, e agora estão pobres, de forma que estão vendo como vão começar a trabalhar.

O próximo a falar foi o tuxáua da aldeia Maturuca, o senhor Dejacir, que em síntese também agradeceu a presença de todos, afirmando que estão fazendo o melhor, dentro das possibilidades, para que todos sejam bem recebidos em Maturuca. Afirmou que esse se trata de um momento histórico, que marca a luta pela Raposa Serra do Sol e também visa a mostrar que estão juntos na luta dos outros povos indígenas pelos seus direitos. Concluindo, destacou que não vão poder participar diretamente da reunião extraordinária, colocando-se também à disposição da CNPI.

O senhor Evaldo André, coordenador da região das Serras, afirmou essa região é composta por 48 comunidades indígenas, ressaltando que a presente festa é uma celebração em que estão todos juntos, que faz parte de um esforço de trabalharem para que o povo possa se organizar melhor. Enfim, estão lutando para manter a sua cultura viva, a alegria continua, destacando que ainda há muitas pessoas a receber.

O coordenador da região do Surumu, senhor Rocildo, afirmou que ainda era criança quando começou o trabalho, uma criança que cresceu vendo muitas coisas ruins acontecendo, e portanto já sabia o que era a realidade. Agradeceu pela presença de todos, afirmando que os membros da CNPI já devem ter visto pela televisão falar dessa região e das coisas que aconteciam nela, da mesma forma que os povos de Roraima também vêem o que acontece com outros parentes em todo o Brasil, fatos que os deixam revoltados. O senhor Rocildo destacou ainda em sua fala que nesta região já passaram por vários problemas, que ainda existem, como por exemplo aqueles ligados ao alcoolismo, violência, ameaças, várias questões pelas quais continuam lutando, uma luta da qual não vão desistir.

O senhor Jenivaldo, da Associação dos povos indígenas da Terra Indígena São Marcos, afirmou, em síntese, que o senhor Jacir é um exemplo para a luta dos povos indígenas, ressaltando o papel do CIR e das organizações indígenas nessa conquista, a participação dos



Comissão Nacional de Política Indigenista
6ª Reunião Extraordinária
Boa Vista – Roraima, 16 e 17 de abril de 2010

parceiros que contribuíram nesse processo, desejando boas vindas à CNPI e desejando que possa atuar de fato em prol de melhorias para os povos indígenas.

A senhora Marineide Macuxi se apresentou como sendo secretária da ODIR, destacando o trabalho desenvolvido por eles no sentido de resgatar a cultura e a identidade dos povos que vivem nas cidades. A senhora Matilza, assim como a senhora Leuma, da APIR, também relataram um pouco do trabalho que desenvolvem e agradeceram a presença de todos, bem como pela oportunidade de poder participar da abertura.

O coordenador do CIR, senhor Dionito José de Sousa, afirmou que são uma família, que inclui aqueles que iniciaram a luta e também os que estão dando continuidade ao trabalho iniciado pelos mais velhos. Sendo que isso não aconteceu por lutarem pelo poder e sim porque foram escolhidos pela comunidade, para lutar em defesa da terra, que é a vida e a mãe dos povos indígenas, e também pela autonomia dos povos indígenas, afirmando que a própria Funai, que é parceira, relacionava-se com os índios de forma tutelar. Dionito destacou ainda que não foi uma pessoa sozinha que conquistou a demarcação de Raposa, citando a seguir o nome de vários membros da CNPI que também lutaram pela Raposa, mesmo sendo de outras regiões, um processo em que contaram com o apoio de índios e de não índios.

O coordenador do CIR ressaltou também que várias lideranças perderam suas vidas nessa luta, na qual já aconteceram muitas coisas, como agressões, prisões e ataques, frisando que tiveram de passar por cima de diferenças dentro do próprio movimento para alcançar essa conquista. Ao que parabenizou a diocese de Roraima, que ficou sempre do lado dos índios nessa luta, assim como outros parceiros e pessoas que, de uma forma ou de outra, contribuíram para que se tornasse realidade.

Prosseguindo em sua fala, o senhor Dionito questionou a forma de funcionamento da CNPI, em que os suplentes não têm voto, e ainda o fato de que há apenas duas ONGs integrando a Comissão, quando em sua opinião ela deveria ter a participação de pelo menos 10 organizações, se forem sérias. Ainda segundo Dionito, a política voltada para os



povos indígenas deve ser feita de acordo com o que está na Constituição; os povos indígenas querem ter responsabilidade, com dignidade e força, de forma que os índios não sejam comprados ou manipulados, e sim que tenham voz de verdade. “Há vários povos sofrendo, como Pataxó Hã Hã Hãe, os índios do estado de Mato Grosso do Sul, onde estão até mesmo passando fome e dependendo de cestas básicas”, entre outros, que afirmou ter conhecido pessoalmente.

No caso de Roraima, afirmou o coordenador, estão sendo questionados no sentido de que teriam muita terra, mas estão passando fome, pede que lembrem que tudo que existe ali é novo, estão começando agora, e não é de um dia para o outro que vão conseguir fazer tudo, da mesma forma que os fazendeiros não ficaram ricos de um dia para o outro. Pedindo que defendam a festa, afirmou ficar feliz com o fato de que as pessoas que estão discutindo a política indigenista estão presentes, pois estão na linha de frente desse trabalho. “O indígena não é um empecilho, não é preguiçoso, só precisa de condições para trabalhar, e têm todas as condições de trabalhar”, afirmou.

Estão trabalhando para mudar a realidade dessa região, para que possam viver bem, ter casa, família, produzir, de forma que não dependam de ninguém, e para isso estão trabalhando para reformular o CIR, a fim de que possam atender as demandas que têm, informando que, das 448 que existem na região – nas quais existem tuxauas e coordenadores regionais, 288 são ligadas ao CIR, somando 36 mil indígenas aldeados. Concluindo, afirmou acreditar que vão dar continuidade a essa política, primeiro buscando melhorar as condições desse povo, em seguida a sua qualificação, de forma que possam pensar em melhorias para o futuro.

Uma vez tendo falado todas as lideranças locais que se encontravam presentes, foi aberta a palavra para os membros da CNPI, cujas falas na íntegra poderão ser conferidas na gravação da 6ª Reunião Extraordinária. O primeiro a falar foi o membro da bancada indígena, Luiz Titiah Pataxó Hã Hã Hãe, o qual desejou boa sorte na luta construída pelos povos de Roraima, da qual ressaltou ter tido a oportunidade de participar. Luiz Titiah afirmou que estão



Comissão Nacional de Política Indigenista
6ª Reunião Extraordinária
Boa Vista – Roraima, 16 e 17 de abril de 2010

lutando para buscar melhorias para os povos indígenas, sendo que às vezes, dentro da própria CNPI, há representantes do governo que são contra a luta indígena. Ressaltando a importância de ter se conquistado a demarcação de Raposa, mas que há outras lutas que precisam continuar travando, como a questão dos Pataxó que tramita há mais de vinte e sete anos na Justiça, e a situação dos Guarany. Preocupa-se pois já discutiram muito, mas pouca coisa foi transformada em realidade, há toda a questão da criminalização das lideranças indígenas, citando o exemplo do cacique Babau que está há mais de 2 meses preso. Agradeceu pela recepção e vai levar para o seu povo o que viu aqui. Deixando registrado que contam com a presença do governo Lula e estão esperando passar pela mesma alegria que sentiram quando foi aprovada a demarcação da Raposa.

Sandro Tuxá agradeceu o empenho de Pierlângela para que se realizasse uma reunião em Roraima, destacando que [os membros da CNPI] sempre se empenharam para que isso pudesse acontecer. Marcos Xucuru ressaltou que a conquista da terra é uma parte da luta, mas após isso é preciso continuar lutando para viabilizar a gestão do território. Precisam estar juntos para reforçar essa luta, e devem aproveitar a presença do presidente Lula para reforçar algumas questões, em especial a aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas, a criação do Conselho Nacional de Política Indigenista e a criação da Secretaria de Saúde Indígena. Nesse sentido, solicita que a comissão de Raposa que vai ser recebida pelo presidente aproveite a oportunidade para apresentar essas questões.

Concluída a apresentação da Comissão para as lideranças locais, a presidente deu prosseguimento à reunião com a apresentação da proposta de pauta, que foi aprovada pelos presentes.



Apresentação dos representantes das organizações indígenas locais

A seguir foi feito o relato por parte das lideranças do estado de Roraima a respeito da realidade e dos principais problemas que enfrentam na região, iniciando pelo representante da Terra Indígena São Marcos, em seguida se abrindo a palavra para a Sra. Leuma, da APIR; Matilza, da OMIR, representante das Mulheres Indígenas do estado de Roraima; Marineide, da Organização dos Índios das Cidades [as falas podem ser conferidas, na íntegra, na ata da 6ª Reunião Extraordinária da CNPI].

Concluídas as falas dos representantes das organizações indígenas, foi aberto espaço para perguntas e esclarecimentos por parte dos membros de governo e indígenas da CNPI, momento em que se tratou sobre temas como índios urbanos, etnodesenvolvimento, empreendimentos que impactam terras indígenas, a propósito do que o coordenador da Terra Indígena São Marcos fez relato sobre os impactos causados com o asfaltamento da BR que atravessa a TI.

Ao final das falas, e com vistas a encerrar esse tópico da pauta, a representante indígena Pierlângela Wapichana resumiu a discussão, destacando que entre os diversos assuntos tratados o que parece ter merecido maior atenção foi a necessidade de políticas públicas voltadas para o etnodesenvolvimento, com foco principalmente no período pós-demarkação, uma vez que a garantia de terra não é tudo, é preciso garantir a sobrevivência nesse território. Nesse sentido, ressaltou que cabe à Subcomissão de Etnodesenvolvimento convidar pessoas visando a contribuir para que se possa avançar na discussão, bem como deve programar visitas às regiões de onde estão partindo as demandas. Enfim, deve buscar maneiras de contribuir de forma célere para o atendimento das demandas das comunidades indígenas.

A propósito deste ponto, a representante do Ministério do Meio Ambiente, Lylia Galetti, sugeriu que a subcomissão pense e discuta a questão do acesso diferenciado a recursos públicos para etnodesenvolvimento. Com isso retomando um dos pontos levantados nas falas anteriores, com relação ao fato de que muitas vezes não é possível que uma família ou pessoa



se dedique exclusivamente a um projeto que ainda não está gerando retorno econômico, pois para isso é preciso deixar de lado a produção por meio qual se garante a sobrevivência da família. Levando-se em consideração, ainda, as exigências que são feitas para se apoiar esse tipo de projeto, às quais muitas vezes não se consegue atender, ficando impedido o acesso ao recurso.

A representante indígena do estado do Amapá, Simone Karipuna, integrante da subcomissão de Etnodesenvolvimento da CNPI, esclareceu que a subcomissão apresentou uma proposta, aprovada em plenário, e se está no aguardo da oportunidade para que possam realizar os seminários regionais sobre etnodesenvolvimento. No entanto, sempre houve alguma prioridade que impediu a realização desses seminários. Lembrando ainda o encaminhamento que foi dado pela subcomissão de que seja feito um diagnóstico sobre potenciais etnoecológicos das regiões, condição necessária para que se possa desenvolver projetos na área de etnodesenvolvimento.

Lylia Galetti destacou que o Consea aprovou em plenário um documento intitulado “A dimensão do etnodesenvolvimento nas políticas públicas”, documento este que sugere que seja discutido pela subcomissão.

Com a palavra, a presidente dos trabalhos afirmou que haveria muitos encaminhamentos a serem dados pela subcomissão, destacando a discussão sobre a questão dos índios urbanos, tema que deve ser aprofundado pela CNPI, para que se possa subsidiar melhor a posição da Comissão com relação ao assunto. Finalmente, levantou um terceiro ponto, no sentido de que seja feita recomendação da CNPI a fim de que seja agilizado o ressarcimento devido à Terra Indígena São Marcos, conforme discutido na fala do coordenador, Sr. Jenivaldo.



Manhã do dia 17 de abril de 2010

A reunião foi iniciada pela presidente, encaminhando-se em primeiro lugar a aprovação da ata da 12ª Reunião Ordinária da CNPI, questionando se haveria alguma ressalva a fazer quanto ao seu teor. A propósito, o representante indígena Lindomar Xocó solicitou que fosse feita correção na página 138, onde se confundiu o nome do representante indígena que fez a proposta de que se convocasse reunião ampla com o Fórum de Presidentes de DSEIS quando fosse assinada a portaria que cria a Secretaria de Saúde Indígena, tendo a sugestão sido feita por Marcos Xucuru e não Marcos Tupã. Após a consideração, e não havendo novas ressalvas, foi **aprovada a ata da 12ª Reunião Ordinária da CNPI**, com a deliberação de que a mesma seja divulgada no site da Funai o quanto antes.

A representante do MMA, Lylia Galetti, solicitou a seguir que se registrasse, a título de esclarecimento, o seguinte comentário, a propósito de uma intervenção feita por ela na reunião passada, com respeito à reestruturação da Funai. Assim, afirmou que gostaria de deixar claro que de fato podem haver ações do Ministério de Meio Ambiente e da Funai que aparentemente estão sobrepostas, mas que a posição do Ministério é que essas ações, ao contrário de se chocarem, complementam-se e se reforçam mutuamente. Frisando ainda que o Ministério desde 2003 vem trabalhando em parceria com a Funai, com grande proximidade, existindo a expectativa de que isso se reforce cada vez mais.

Situação do povo Guarany Kaiowá do estado do Mato Grosso do Sul

Dando prosseguimento à discussão dos temas da pauta, foi convidado a fazer uso da palavra o representante indígena Anastácio Peralta, a fim de que fizesse relato a sobre a situação do povo Guarany Kaiowá do estado do Mato Grosso do Sul.

Anastácio Peralta agradeceu a oportunidade e afirmou que todos conhecem a situação de Mato Grosso do Sul, onde desde 1994 se ouve falar de problemas, estando o foco



Comissão Nacional de Política Indigenista
6ª Reunião Extraordinária
Boa Vista – Roraima, 16 e 17 de abril de 2010

naquela época no problema dos suicídios, e em 2005 no problema da desnutrição entre as crianças indígenas. “A política indigenista está completando 100 anos, mas com todo o trabalho do Estado a impressão é que estão regredindo, ao invés de progredir”, afirmou Anastácio. “Os índios deveriam ter sido integrados, mas com a Constituição Federal de 1988 conquistaram vários direitos; entretanto, o próprio Estado não consegue fazer valer o que ele próprio escreveu na Constituição”. Prosseguindo, destacou que há mais de 40 mil índios Guarany Kaiowá no Mato Grosso do Sul, os quais têm pouca terra para viver, estão sendo privados de água, alimentação, remédios, mas mesmo assim mantêm a sua religião, cultura, língua, sua espiritualidade, fatores que são de grande importância para o povo Guarany, que continua acreditando na vida apesar de todas as dificuldades.

Anastácio destacou ainda que, ao longo do trabalho da CNPI, algumas conquistas foram obtidas, propostas de projeto de lei já foram feitas, mas com relação aos Guarany ainda não conseguiram avançar em nada, inclusive mesmo depois da reunião com o presidente Lula não conseguiram levar adiante nada do que foi proposto para a região. “Três pontos importantes para essa questão da regularização fundiária são a política, a Justiça e a antropologia, que faz os estudos, mas se depara com a política, que impede que avancem. A lei tem que ser respeitada, não é brincadeira, e com isso se vê que ainda falta muito para o Brasil ser um país de todos; a mentalidade é de exploração, e quem tem direito são os que vieram de fora e não os que já estavam nessa terra antes. Mas a mentalidade da justiça precisa mudar, pois a lei precisa ser respeitada, a maior autoridade do país, que é o presidente da República, deve fazer valer o seu poder”.

“Todos na CNPI já conhecem a realidade da região de Mato Grosso do Sul, mas talvez esteja acontecendo de as pessoas se acomodarem, quando deviam se indignar, para juntos, de mãos dadas, tentar resolver essa questão”. Ressaltando também que não só as lideranças indígenas do estado se encontram em perigo, mas o povo Guarany em geral está sendo ameaçado, haja vista o caso dos dois professores que foram assassinados – um foi morto e o outro está desaparecido, provavelmente foi assassinado, sem que seja dada qualquer



satisfação ou solução para o caso, “como se matar um Guarany fosse como matar um animal”. Anastácio afirmou ainda que “a pistolagem no estado é legalizada, sendo que quando se mata um índio não há punição, enquanto que os índios são presos por qualquer motivo”. Sendo que, com a reestruturação da Funai, acharam “que as coisas iriam mudar, mas a situação está pior, os servidores alegam que não podem assinar os documentos, e nem os registros de nascimento estão sendo feitos agora”.

O representante do estado de Mato Grosso do Sul afirmou ainda que a situação dos Guarany Kaiowá já foi tratada muitas vezes na CNPI, mas nada foi feito, e a situação no estado é muito grave, todos estão ameaçados, não só os índios, mas também aqueles que trabalham com os índios e são seus aliados, incluindo procuradores federais e as pessoas que trabalham no atendimento à saúde. Sendo que “desde o governador ao prefeito são contra os índios”. No entanto, afirmou que “apesar da dificuldade, precisam reagir, não podem se esconder atrás do medo”. Agradecendo a oportunidade de expor a situação novamente, afirmou a expectativa de que desta vez possam fazer alguma coisa concreta para lidar com essa situação que todos sabem ser da maior gravidade.

Com a palavra, a presidente desta 6ª Reunião Extraordinária afirmou que de fato já trataram deste assunto antes, bem como de outros temas, como a respeito dos Cinta Larga e Tupinambá, casos para os quais deram encaminhamento, e agora chegou a oportunidade de fazerem alguma coisa com relação aos Guarany. Abriu a seguir a palavra para a plenária, conforme a seguir.

A primeira a falar foi a representante da Advocacia Geral da União, Alda Carvalho, a qual afirmou ser este um momento oportuno para se tratar deste assunto, passando ao relato da forma como se deu a atuação da AGU no sentido de prestar informações requeridas pelo STF no julgamento dessa Terra Indígena. Nesse sentido, afirmou ter sido uma surpresa a liminar concedida pelo ministro Gilmar Mendes no dia 24 de dezembro de 2009, destacando lhe ser possível precisar os fatos porque acompanhou pessoalmente a ocasião em que ele concedeu a



liminar, no mesmo dia em que o advogado do fazendeiro ingressou com a ação no Supremo Tribunal Federal.

Sendo que, com a decisão, teve de suspender seu recesso a fim de levantar os dados necessários para refutar a alegação que embasou a decisão do ministro. Para isso, foi buscar informações no laudo administrativo que embasou a demarcação, que é de posse da Funai, porém na véspera do Natal foi muito difícil encontrar alguém, precisou ligar para várias pessoas, mas acabou conseguindo cópia integral do processo. Assim, pôde consultar o laudo em que se afirmava que os Guarany haviam sido expulsos e por isso não viviam no local, havia tradicionalidade e haviam saído contra sua vontade, há algumas décadas. Teve de provar a questão histórica, e o fez a partir das informações que lhe foram prestadas pela Funai, junto à qual obteve acesso ao processo, e ela própria fez o documento que veio a ser encaminhado pela AGU. Ressaltou que havia um prazo a cumprir, a contar daquela data, e devido a isso, além de não tirar o recesso, acabou tendo de ocupar dois dias de suas férias nessa tarefa.

Alda Carvalho informou ainda que a próxima etapa será o julgamento do mérito no Supremo e esperam que o plenário anule essa decisão do ministro, destacando que gostaria que os índios soubessem que o caso não está abandonado. Quanto aos GTs que foram criados pela Funai e que tiveram seu trabalho suspenso por liminar da Justiça, informou também que a AGU já tomou iniciativa e reverteu a situação, faltando agora à Funai retomar o trabalho.

O próximo a falar foi o Sr. Antonio Costa, representante do Ministério da Saúde, o qual afirmou que trabalhou 4 anos com os Guarany Kaiowá, a partir da crise de 2005 envolvendo a alta mortalidade dos Kaiowá e a desnutrição das crianças indígenas, ocasião em que acabaram cumprindo uma missão de 4 anos. Trabalho do qual resultou uma pesquisa sobre a desnutrição das crianças indígenas, por meio da qual se constatou que, com a suspensão do fornecimento de cestas básicas, a saúde das crianças fica fragilizada num prazo muito curto, o que é uma informação preocupante.



Antonio Costa prosseguiu relatando que, quando iniciaram o trabalho, a mortalidade era de 90 por mil; Dourados é o centro da saúde na região, não há investimento para se criar os micro-pólos e portanto todas as crianças do Cone Sul eram encaminhadas para lá. À época, realizaram levantamento e descobriram que a maioria das mortes dos recém-nascidos eram causadas por infecção hospitalar, contraída no hospital onde nasciam, e que se agravava quando eram transferidas. Chegando-se a uma situação tal que, entre 21 crianças, registraram-se 16 mortes.

Passados 4 anos, com o apoio do Ministério da Saúde, dos funcionários da Funasa, conseguiram estabilizar essa situação, a qual entretanto não se sustenta do ponto de vista clínico, médico e até nutricional, tratando-se de uma situação muito grave, conforme comprovam os indicadores de mortalidade infantil. Do ponto de vista da saúde, destaca que se esgotaram todas as medidas que poderiam ser tomadas; houve um enfrentamento muito grande com o governo do estado, que rejeita a população indígena, mas a questão central é a da terra, da melhoria da qualidade de vida. Lidaram com a questão do saneamento, do fornecimento de água, que também era uma das causas da mortalidade. Enfim, do ponto de vista da saúde, não há mais o que fazer, a não ser dar continuidade às medidas que já estão em andamento. E a CNPI deve tratar essa questão não como sendo relacionada unicamente ao Governo Lula, mas sim como uma questão de *governos*, pois apesar dos avanços que foram obtidos no atual governo, as urnas é que vão decidir se vai ser dada continuidade a ele ou não.

Ao iniciar o trabalho na região havia um sentimento muito grande de impotência, mas agiram, sendo preciso registrar que o Ministério da Saúde, a Funasa, fizeram tudo o que foi possível fazer na sua área de atuação. A experiência da Funasa na área de segurança alimentar é muito grande, mas se faz necessário solucionar a questão da terra para que se possa dar uma solução definitiva para essa situação. Sendo que, com a interrupção do fornecimento das cestas básicas, tudo pode cair por terra a qualquer momento, e não podem viver dependendo disso, devendo se pensar em alternativas, como colônias agrícolas, ou outras, mas que sejam medidas que evitem que novamente essas pessoas voltem à mídia por



estarem morrendo por falta de terra, quando o Brasil já avançou tanto, já chegou até mesmo a enviar um homem à lua, e ainda não resolveu a situação dos índios Guarany Kaiowá, finalizou Antonio Costa.

A seguir fez uso da palavra o representante indígena Capitão Potiguara, que afirmou já terem tratado desse tema muitas vezes na CNPI, sendo que neste momento precisam buscar uma forma de o governo brasileiro assumir a responsabilidade pela questão, seja denunciando a situação no exterior, seja buscando parceiros, alguma forma de que possam realmente avançar nesse assunto.

Dodô Terena afirmou que gostaria de reforçar a fala de Anastácio e também de confirmar o que dito por Antonio Costa, pois de fato o mesmo esteve bastante presente, assim como a Funasa atuou muito na região, e o problema maior realmente é a questão da falta de terra. Finalmente, colocou-se à disposição para verem como podem contribuir para buscar uma solução para essa questão. Luis Titiah afirmou que, dentro da CNPI, essa questão já passou do limite, pois sempre discutem esse assunto, sem que nada seja feito, destacando o problema da criminalização das lideranças indígenas, que ocorre tanto no Nordeste, conforme já discutido na Comissão, mas também no estado do Mato Grosso do Sul, onde já há várias vítimas e muita impunidade.

Marcos Xucuru ressaltou que a CNPI não tem poder para resolver esse problema, pois estão diante de um segmento que tem muita força na sociedade, que é o agro-negócio, apoiado pelo governo estadual, sendo que não dispõem de apoio suficiente para eleger um governador, deputados, vereadores, pessoas que possam fazer frente a esse poderio. Ressaltou o problema de criminalização das lideranças que tem sido vivenciado não só em Mato Grosso do Sul mas também em vários estados do Nordeste. Questiona o que o Ministério da Justiça pode fazer nesses casos, em que a própria polícia parte para o ataque contra os índios, como aconteceu na Serra do Padeiro, lembrando que o cacique Babau já está preso há mais de dois meses. Deu seu apoio ao povo Guarany, afirmando ainda que foi eleito pelos Encantados para



cumprir uma missão, já tendo sofrido dois atentados contra sua vida, dos quais saiu ileso, e que se coloca à disposição do povo Guarany também na sua luta.

Brasílio Priprá fez um relato emocionado sobre o drama dos Guarany e o sentimento de impotência por acompanhar há tanto tempo essa situação sem solução, as inúmeras mortes que já aconteceram, as quais atribui à falta da terra, sem a qual um povo não tem como garantir a sua sobrevivência, seja física ou cultural. Sandro Tuxá propôs como encaminhamentos: 1) que seja feita visita da bancada indígena aos Guarany Kaiowá; 2) que a CNPI encaminhe documento ao Presidente Lula, solicitando uma resposta com relação a essa luta; 3) que possam fazer encaminhamento à APIB para que venha a encampar um movimento em defesa/apoio aos Guarany, e que na próxima reunião do movimento possam fazer uma avaliação sobre onde estão errando e como poderiam agir de forma mais enérgica quanto à situação vivida em Mato Grosso do Sul.

Crisanto Xavante propôs que tenham uma agenda própria para lidar com essa situação, deixando de ficar a reboque do governo. Afirmou ainda que, se não for aprovada a criação do Conselho Nacional de Política Indigenista, com o final do governo vão ficar novamente sem espaço para tratar dos assuntos de interesse dos povos indígenas, e a CNPI vai ser mais uma experiência que não deu certo. Sugere que vejam a experiência dos outros países amazônicos para verificar se há algo que possa contribuir para a resolução das questões vividas no Brasil. Propõe, finalmente, que façam uma avaliação do que já foi alcançado, tendo em vista o fato de que o atual governo está chegando ao fim.

Lourenço Milhomem também deu seu apoio ao povo Guarany, assim como Ak'Jaboro Kayapó, que se ofereceu para participar da luta dos Guarany e expulsar os invasores, aqueles que desrespeitam os direitos indígenas, desconsiderando que estes são os povos nativos, os quais vêm sofrendo com a invasão de suas terras desde o início da colonização. Afirmou que os índios são ricos, mas são explorados; várias pessoas usam o nome dos índios para obter recursos, os quais não se revertem em benefícios para esses povos. Diante do que não podem ficar calados, de braços cruzados, e sim devem se unir e lutar pelas suas terras e



seus direitos. Ak'Jaboro afirmou ainda que os políticos fazem muitas promessas quando estão na frente dos índios, mas não cumprem; que o índio é federal, mas agora é a própria Polícia Federal que prende os índios. Afirmou que Belo Monte vai ser uma briga muito grande, como já afirmou em outras ocasiões, e que devem brigar juntos também pelos parentes Guarany Kaiowá, mesmo que tenham que correr risco de vida. Pergunta em que presidente vão confiar agora que vai acabar o governo Lula, o qual demarcou várias terras e também reestruturou a Funai, que por enquanto não melhorou, mas estão esperando que vai melhorar.

Lylia Galetti, do MMA, afirmou que essa é uma questão muito complexa, e dizer que a terra por si só vai resolver não é verdade, até porque o governo local, e agora a prefeitura de Dourados, são extremamente contrários aos povos indígenas do estado. Concorde que a questão da saúde depende de outros aspectos, como a segurança alimentar, que por sua vez depende da questão da terra. Precisam levar em conta a morosidade dos processos jurídicos, e que nesses casos o poder do governo federal é no sentido de acompanhar e de tentar acelerar o processo, mas não pode exigir que tal ou qual caso seja resolvido antes de outro. Lembrando que a Corte não é totalmente isenta, não é apolítica, em nenhum Estado as forças são isentas de questões sociais. Nesse caso, por ser tão dramático, a tendência é que as pessoas se emocionem e não tratem o caso com a devida objetividade, citando o exemplo de uma situação vivenciada por ela própria em que fez uma proposta que não era viável diante da complexidade das forças que estão em jogo, a relação do poder Executivo e Judiciário.

Prosseguindo, Lylia Galetti lamentou que não se esteja contando com a presença da Funai nesta reunião, uma vez que seria essencial que um representante do órgão pudesse informar o que já foi feito e está sendo feito pela instituição, possibilitando com isso uma análise mais ampla da situação, que pudessem verificar o que deu resultado e não deu, quais as alternativas a seguir. Destacou ainda ser preciso ainda levar em conta a fragilidade da Funai na região, e considerar que é complicado discutir a atuação da mesma sem que esteja presente. Ademais, aberia ao movimento indígena trabalhar junto com os Guarany com respeito à grande fragilidade do próprio movimento indígena na região, da organização dos Guarany. Como



encaminhamento, sugere que seja realizada reunião, ainda que não seja na própria região, mas que tenham a oportunidade de ouvir de forma consistente e coerente as pessoas da região, lembrando que se trata de um caso extremamente complexo, que envolve vários atores.

A representante do MMA destacou que é preciso focar atenção especificamente na questão Guarany, e por isso gostaria até mesmo de evitar comparações com outras situações, por se tratar de um caso muito particular. Devem investir primeiramente em conhecer melhor o problema dos Guarany – a Funai tem várias consultorias feitas por especialistas, citando o caso de Panambizinho, que foi demarcada em 2006 –, afirmando que ela própria não tem conhecimento de um projeto de etnodesenvolvimento que esteja sendo desenvolvido na região. Precisam conhecer os programas do governo federal que estão sendo feitos lá, projetos do MDS, da saúde, a Funai, porque o problema não é falta de recursos.

Lylia frisou ainda não acreditar que só se pode trabalhar na região depois que se resolver a questão da terra, pois há muito que pode ser feito enquanto se define essa questão, com o que se poderia inclusive salvar vidas, melhorar a auto-estima desse povo e muito mais. Comentando ainda que o relatório de James Anaya [relator da ONU para questões indígenas] pode vir a se tornar um documento reconhecido pela Organização das Nações Unidas. Finalmente, propôs que realizem uma reunião na região e, se não for possível, que seja garantida a participação dos representantes da Atinguaçu que foram eleitos recentemente, dando a eles a oportunidade de falar e ajudar [os membros da CNPI] a entender melhor a situação. Ressaltando que a seu ver a organização dos Guarany deve ser ouvida quando se for propor projetos para esse povo, a fim de que possam se posicionar sobre essas propostas, com o que se estará fortalecendo a organização interna desse povo.

André Araújo, do MDA, afirmou que nesse ministério há um projeto chamado “Assistência técnica e extensão rural em terras indígenas”, que tem uma grande responsabilidade, que é garantir a segurança alimentar para comunidades que devem produzir em menos de 1000 hectares. Ressaltando que a questão da terra é realmente muito importante, mas não estão parados; e que o presidente Lula, quando se reuniu com a CNPI,



determinou que [os vários ministérios] resolvam os problemas, um processo que de fato está moroso.

O representante do MDA afirmou não concordar com a proposta de encaminhamento no sentido de que se faça visita à região, pois não acredita que isso vai resolver, destacando que muitas vezes definem um encaminhamento e não dão andamento ou perdem o controle do que está sendo feito a respeito. Diante disso, apresentou proposta de encaminhamento com relação à criação, no âmbito da CNPI, de uma subcomissão que teria o papel claro, objetivo e único de fazer o controle e o acompanhamento das decisões que estão sendo tomadas na Comissão. “Não dá para esperar que a secretária executiva faça tudo sozinha, lembrando também que foram extintas e criadas outras subcomissões, e que é preciso ter um órgão dentro da comissão para acompanhar de perto tudo o que for decidido”, afirmou André Araújo.

André Araújo fez menção, a seguir, à apresentação feita na 12ª Reunião Ordinária da CNPI, realizada em março de 2010, em que o Dr. Marcelo de Siqueira Freitas – Procurador-Geral Federal, tratou a respeito da defesa, pelos órgãos da Procuradoria Geral Federal, dos direitos individuais e coletivos indígenas. Ocasão em que foram apontadas as dificuldades que os procuradores encontram para fazer a defesa dos povos indígenas, e em especial do povo Guarany do estado do Mato Grosso do Sul. Tendo o procurador se comprometido a apresentar um instrumento que servirá para nortear a atuação dos procuradores federais em todo o país, definindo qual a área de atuação dos mesmos e quando não cabe esse acompanhamento. O que, na opinião do representante do MDA, poderia contribuir para que se pudesse resolver a situação de várias pessoas que se encontram presas no estado, entre outros casos em que necessitam de assessoria jurídica.

Voltando ao encaminhamento sugerido, André Araújo afirmou que a subcomissão que propõe que seja criada poderá dar notícia de todos os encaminhamentos que já foram ou venham a ser dados pela Comissão, quais os que ainda estão sob a responsabilidade do Executivo ou que não estão mais em sua alçada...



O Coronel Eustáquio, do Gabinete de Segurança Institucional, foi o próximo a se manifestar, afirmando que no ano passado o Gabinete fez visita à região, reunindo vários órgãos do Mato Grosso do Sul, oportunidade em que observaram que há interesse de uma parte do governo de tentar resolver a situação, e portanto deveriam trabalhar no sentido de ouvir os dois lados – como a Assembléia Legislativa, governo do estado, lideranças indígenas – uma vez que não existe solução nesse caso sem ouvir as duas partes. Até porque o estado está todo colonizado, alguns fazendeiros têm títulos de boa-fé, outros não, e vai ser preciso negociar, as partes cederem um pouco cada uma. A Funai, a seu ver, deveria procurar espaço para que tenham encontro com as partes, como por exemplo a associação de produtores agropecuários, a fim de buscar solução aos poucos, ouvindo os dois lados. Enquanto isso não é feito, considera necessário que sejam desenvolvidas ações na área de educação, saúde, segurança alimentar, para que a situação não fique parada, agravando o problema.

O representante do Ministério da Justiça afirmou que a CNPI é uma Comissão consultiva e, portanto, deve levar propostas de como resolver os problemas. Nesse sentido, apresentou as seguintes propostas de encaminhamento: 1) que seja atendida a proposta do Coronel Eustáquio, de se realizar reunião com os diversos segmentos envolvidos na questão Guarany no estado de Mato Grosso; 2) que a CNPI faça recomendação para que o Presidente da República acelere os entendimentos que estão sendo mantidos com o Ministério Público no sentido garantir a segurança na terra Guarany Kaiowá; 3) que seja feita recomendação para que seja aprovada proposta no Legislativo visando a que, enquanto tramita na Justiça um processo relacionado à regularização, possam arrendar ou adquirir terras para dar as condições de manutenção dos indígenas envolvidos, até que se resolva definitivamente a situação da regularização fundiária. Comentou ainda que a Polícia Federal faz o que o Judiciário determina que seja feito, não faz por iniciativa própria, e da mesma forma que são presos indígenas também são presos deputados, vereadores, até mesmo um governador de estado.

A senhora Matilza de Lima, da OMIR, afirmou que devem lutar juntos pela terra para o povo Guarany, que fica muito triste ao ver o sofrimento pelo qual está passando esse povo, sendo que também passaram por muitas dificuldades [em Raposa], vários índios foram



mortos e agredidos. Propõe como encaminhamento que façam uma carta a ser assinada por todos os que estão presentes na CNPI, bem como pelas pessoas presentes na festa em Raposa Serra do Sol, dando força à luta do povo Guarany Kaiowá.

Luiz Titiah insistiu na proposta de que seja feita uma reunião em Mato Grosso do Sul, para dar força ao movimento da região, e que se crie a subcomissão proposta por André Araújo. Marcos Xucuru propôs como encaminhamento que se tente uma audiência com o Conselho Nacional de Justiça, para tratar sobre a judicialização da demarcação das terras indígenas e os prejuízos que causam aos povos indígenas.

Anastácio Peralta, por sua vez, solicitou que a CNPI e quem mais se interessar assinem a carta que trouxe, e que algum dos indígenas que deverão se encontrar com o presidente Lula entregue a carta; solicitou ainda que a Funai priorize a reestruturação do órgão nessa região. Comentou que já houve muita conversa com os fazendeiros, no entanto a questão é política – “não entendem nem querem entender de índio... para eles os índios não valem nada”. Não concorda com a compra, e sim que façam os estudos para saber qual o direito de cada um – “há aqueles fazendeiros que também têm o seu direito e tem que se fazer o estudo”, pois se dispõe de apenas de 60 dias para entregar o relatório, e, depois de pronto, se vão ser compradas ou adquiridas as terras de outra forma, isso não importa, primeiro devem concluir os estudos.

Lylia Galetti/MMA insistiu na necessidade de que os órgãos informem sobre o que está sendo feito – o Ministério da Justiça e a Casa Civil fizeram uma série de reuniões com todos os envolvidos na questão, primeiro com o governador, e então com os secretários, os indígenas, os representantes dos proprietários. O governo vem discutindo, há a questão dos GTs, que é preciso saber como vai ficar; com relação aos arrendamentos, a Casa Civil e o MJ estavam discutindo propostas, e precisam saber de tudo isso antes de pensar em realizar reunião.

Em seguida, Lylia Galetti propôs como encaminhamentos: 1) que se ouça a Funai sobre a questão da terra e o etnodesenvolvimento; 2) que o Ministério da Justiça e Casa Civil continuem a buscar soluções para a questão da indenização – informando que estão buscando



não criar jurisprudência que venha a prejudicar outras terras; 3) que o Comitê Gestor de Dourados vá à CNPI para apresentar o que já foi e está sendo feito; 4) que o novo projeto para o Mato Grosso do Sul seja apresentado à CNPI e à Atinguassu; 5) caso se realize a reunião em Dourados, que todos os órgãos envolvidos sejam convidados, mas que [os membros da CNPI] se preparem bem antes, para que se possa tomar posições consistentes, resultando em um trabalho de governo que possa ter um resultado positivo.

Alda Carvalho/AGU comentou que o que povo Guarany quer agora é que se dê continuidade aos trabalhos de identificação da terra indígena, após o trabalho que foi realizado pela AGU, que ganhou todas as ações no âmbito do Judiciário, resultando na decisão da Justiça segundo a qual se deu 30 dias para que a Funai conclua o trabalho de identificação e os atuais ocupantes sejam notificados.

Pierlângela destacou a importância de que se tivesse podido contar com um representante da Funai que pudesse dar esclarecimentos sobre a situação e o que tem sido encaminhado. Propôs que se discuta o encaminhamento no sentido de que seja realizada reunião extraordinária da CNPI em Mato Grosso do Sul, conforme proposto por Lylia Galetti, a fim de que os membros da Comissão sejam informados sobre as medidas que estão sendo adotadas quanto a essa questão.

A propósito, o Coronel Eustáquio/Ministério da Defesa, fez uma contraproposta, propondo que seja feita uma reunião em Brasília, uma vez que a realizando em Dourados não se contaria com a presença de todos os envolvidos. Assim, seria feita uma reunião ordinária onde seriam apresentadas, por parte das respectivas instituições, as informações sobre o que está sendo feito e discutido quanto à situação dos Guarany. Realizando-se futuramente uma reunião extraordinária em Dourados, para tratar o assunto de forma mais concreta.

Encaminhamentos para a questão Guarany-Kaiowá de Dourados

1) Foi aprovada a realização de uma reunião ordinária, em Brasília, na qual deverão ser feitas apresentações por parte dos órgãos que estão discutindo, implementando ou já



Comissão Nacional de Política Indigenista
6ª Reunião Extraordinária
Boa Vista – Roraima, 16 e 17 de abril de 2010

implementaram ações junto ao povo Guarany Kaiowá no Mato Grosso do Sul, a fim de se nivelar informações.

2) Aprovada a realização de uma reunião extraordinária no estado de Mato Grosso do Sul, a se realizar posteriormente à reunião ordinária de nivelamento sobre a situação Guarany Kaiowá/MS, para tratar especificamente desta situação e definir encaminhamentos.

Observações: a) na reunião ordinária, todas as subcomissões deverão focar seus trabalhos na questão Guarany Kaiowá/MS; b) a CNPI deverá convidar e solicitar aos órgãos envolvidos a documentação necessária ao esclarecimento das informações.

3) Aprovada a criação de uma subcomissão destinada ao acompanhamento dos encaminhamentos e propostas aprovadas pela CNPI, a qual deverá apoiar as atividades da Secretaria Executiva no que se refere aos seus objetivos.

Indicação de representantes governamentais e não governamentais (a ser feita na próxima reunião)

4) Aprovada a proposta de que se faça recomendação para que se acelere a assinatura de termo de cooperação técnica entre a União e o estado do Mato Grosso do Sul, visando à garantia da segurança dos indígenas em Dourados.

* Texto aprovado pela plenária:

RESOLUÇÃO Nº ____/2010

A Comissão Nacional de Política Indigenista - CNPI, no exercício de suas competências previstas no inciso III e IV art. 2º do Decreto 22 de março de 2006, do Presidente da República, que a instituiu no âmbito do Ministério da Justiça, reunida na 6ª Reunião Extraordinária na Aldeia Maturuca, Terra Indígena Raposa Serra do Sol, estado de Roraima;

Considerando a grave situação de violência a que está submetido o Povo Indígena Guarany Kaiowá no estado do Mato Grosso do Sul, que os coloca numa condição de extrema vulnerabilidade,



Comissão Nacional de Política Indigenista
6ª Reunião Extraordinária
Boa Vista – Roraima, 16 e 17 de abril de 2010

RESOLVE:

1. Recomendar ao Ministério da Justiça que agilize a implementação das medidas de proteção e segurança das comunidades Indígenas Guarany Kaiowá no estado do Mato Grosso do Sul, conforme recomendação do Ministério Público Federal daquele estado, a fim de que sejam evitados novos atos de violência por parte dos agressores do referido povo.

Aldeia Maturuca, Terra Indígena Raposa Serra do Sol, Estado de Roraima, 17 de abril de 2010.

5) que a Subcomissão de Justiça, Segurança e Cidadania solicite audiência com o Conselho Nacional de Justiça e, caso seja concedida, que na reunião possam contar com a participação de representantes do Ministério Público, Advocacia Geral da União, Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

6) Recomendação para que a Funai priorize a reestruturação e o fortalecimento da coordenação regional local, para que possa atuar na garantia dos direitos indígenas na região, bem como nas demais regiões (será apresentado texto).

* Texto aprovado em plenária:

RESOLUÇÃO Nº ____/2010

A Comissão Nacional de Política Indigenista - CNPI, no exercício de suas competências previstas no inciso III e IV art. 2º do Decreto 22 de março de 2006, do Presidente da República, que a instituiu no âmbito do Ministério da Justiça, reunida na 6ª Reunião Extraordinária na Aldeia Maturuca, Terra Indígena Raposa Serra do Sol, estado de Roraima;

Considerando a grave situação de violência a que está submetido o Povo Indígena Guarany Kaiowá no estado do Mato Grosso do Sul, que os coloca numa condição de extrema vulnerabilidade,



Comissão Nacional de Política Indigenista
6ª Reunião Extraordinária
Boa Vista – Roraima, 16 e 17 de abril de 2010

RESOLVE:

1. Recomendar à Fundação Nacional do Índio – FUNAI que, priorize a reestruturação da Coordenação Regional da Funai nas cidades de Dourados e Ponta Porá, ambas no estado do Mato Grosso do Sul, assegurando às mesmas as condições necessárias para o bom desempenho de suas funções; e
2. Recomendar a agilização do procedimento de demarcação das Terras Indígenas Guarany Kaiowá no Estado do Mato Grosso do Sul, respeitando as condições expressas no TAC, estabelecido entre a FUNAI, Ministério Público Federal e Lideranças Indígenas.

Aldeia Maturuca, Terra Indígena Raposa Serra do Sol,

Estado de Roraima, 17 de abril de 2010.

7) Solicitar aos tuxauas que possam circular o documento que está sendo preparado pela bancada indígena e que o mesmo seja entregue por eles ao presidente Lula quando de sua vinda à Raposa.

Tarde do dia 17 de abril de 2010

Informe sobre a Secretaria de Saúde Indígena

Dando continuidade à reunião, foi convidada para fazer uso da palavra a Dra. Márcia Bassit, secretária executiva do Ministério da Saúde, a qual se deslocou, juntamente com o Dr. Antonio Alves, à Terra Indígena Raposa Serra do Sol a fim de dar informe à CNPI com respeito às providências que estão sendo tomadas para a criação da Secretaria de Saúde Indígena.

Nesse sentido, a secretária executiva explicou que estão sendo tomadas as medidas visando à nomeação dos secretários, chefes de DSEIs, destacando que há medidas urgentes em curso visando a que não seja interrompido o atendimento que vinha sendo



prestado pela Funasa. A previsão é que no dia 22/04 seja preparado decreto que vai estruturar ao máximo tudo o que precisa ser estruturado para a transição, destacando que não se trata de um processo fácil. Sendo que estão ouvindo sugestões da ponta no sentido de melhorar o funcionamento do que não está funcionando e vão inclusive passar para o ministro uma fita contendo uma série de entrevistas a respeito disso.

Márcia Bassit informou ainda que no decreto já poderão saber quem será chefe do que, como se vai dar continuidade às atividades, estabelecer prazos – como para transferência de patrimônio da Funasa para o Ministério da Saúde – e medidas do gênero. Há um trabalho braçal grande pela frente, mas se trata de buscar um atendimento que esteja mais próximo de quem vai ser atendido, prestando um serviço de melhor qualidade.

Por se tratar de medida provisória, está sendo questionada no Congresso Nacional, uma vez que tratará também de outros temas além da criação da secretaria, destacando que os parlamentares estão apresentando emendas, e a expectativa de que venha a se tornar lei faz com que esse processo seja necessário. A partir da incorporação das sugestões das comunidades indígenas é que vão poder fazer tudo isso se tornar realidade, pois o objetivo é melhorar o atendimento para os povos indígenas, e se trata de algo que o governo não pode fazer sozinho.

Em síntese: na próxima semana haverá discussão sobre esses pontos que foram destacados; na próxima trabalharão na redação da MP; de imediato vão tomar as medidas de maior urgência, visando à continuidade do atendimento, em seguida sobre aquelas que são mais demoradas.

O Dr. Antonio Alves falou a seguir, afirmando que a Dra Márcia coordena agora o processo da construção da transição, que ainda não está ocorrendo, estão preparando o início dessa caminhada. A cada momento se amplia o tamanho do desafio, pois em 10 anos houve todo um acúmulo, seja de patrimônio, atribuições etc., que agora passa ao Ministério da Saúde. Estão trabalhando para que o governo continue, o que só vai ser decidido nas urnas, mas os



povos indígenas não vão deixar de ser povos indígenas, e portanto deve haver todo um envolvimento, devem se unir, ver o que é possível construir até 31 de dezembro, e portanto definir ações de curto, médio e longo prazo. A médio prazo, é preciso fazer por exemplo a revisão de todos os planos distritais de saúde, que foram construídos dentro de uma lógica que agora está sendo mudada. Houve uma demanda no sentido de o ano que vem realizar a 5ª Conferência Nacional de Saúde, porém acredita que deveriam fazer em 2012, até para que possam fazer a avaliação das mudanças que serão feitas com a criação da secretaria.

No Fórum de presidentes do Condisi, prosseguiu o Dr. Antonio Alves, que se realizará de 3 a 7 de maio, terão de amarrar algumas coisas, e será preciso que daqui em diante fiquem muito vigilantes, acompanhando de forma permanente todas as acontecimentos, pois há forças contrárias, que não querem que as mudanças aconteçam, inclusive algumas das emendas já apresentadas pelos parlamentares propõem a não criação da secretaria, de cargos, a revogação da contratação temporária, que se forem tiradas da medida provisória vão atrapalhar todo o processo. Os deputados que propuseram tais mudanças são os mesmos que vão pedir votos dos indígenas, portanto, cabe aos indígenas pressionar seus representantes, inclusive ressaltando que o voto do relator do projeto será dado no mesmo período da reunião do Fórum e devem aproveitar para acompanhar e lutar por essas questões.

Em seguida foi convidado a falar o representante indígena da CNPI Lindomar Xocó, que parabenizou a todos os envolvidos nesse processo, e afirmou que, antes da proposta da criação do GT, teve a oportunidade de participar de um outro grupo, de andar por Brasília, inclusive nos bastidores da Funasa, e têm ouvido relatos diversos no sentido de que em vários locais da ponta o atendimento está parado, pois segundo tem ouvido há pressão por parte do presidente da Funasa, que não quer essa mudança. Pergunta sobre o DSAI, que está sem coordenação, e sobre a situação das ONGs, pois em sua maioria estão sem convênio, questionando ainda quais as medidas que estão tomando para lidar de imediato com esse problema, considerando que não há interesse, dentro da Funasa, de que essas mudanças aconteçam.



O próximo a falar foi o indígena Edimilson, que informou ser um dos presidentes do Fórum de presidentes do Condisi, conselheiro nacional de saúde e membro do GT, afirmando a seguir que gostaria de parabenizar o presidente Lula, que em sua campanha de 2002 se comprometeu com a criação de uma secretaria de saúde indígena, sendo que o GT do qual fazia parte fez um diagnóstico da situação crítica vivida na área da saúde.

A seguir, foram apresentadas propostas de medidas a serem adotadas com urgência nesse período de transição, entre elas: a criação de uma comissão de transição; que seja formado um grupo de ‘crise’, de transição, para que não seja suspenso o atendimento nas áreas, haja vista que várias localidades estão sem convênio; que os Distritos Sanitários Indígenas sejam transformados de imediato em unidades gestoras; que seja definida de imediato política de recursos humanos para atender aos povos indígenas; criação de conta especial para repasse dos recursos da SAES diretamente e não para os municípios, onde “servem de instrumento de barganha”; reestruturação dos distritos e Casais; fornecimento de água de qualidade e saneamento básico nas aldeias.

Os indígenas fizeram ainda a indicação do Dr. Antonio Alves para assumir a Secretaria de Saúde Indígena, destacando que se trata de uma pessoa muito dedicada e de grande confiança dos povos indígenas, tendo sido fundamental nesse processo de criação da secretaria. Foi também proposto que a CNPI se reúna com os presidentes de Condisi nas reuniões que vão ter com representantes do Congresso, quando vão pedir que sejam sensíveis à causa indígena e trabalhem pela proposta de criação da secretaria.

Dando continuidade às perguntas, o representante da CNPI, Antonio Caboquinho, questionou como fica a situação dos DSEIs; Luiz Pataxó falou sobre a situação de sua região – sul e extremo sul da Bahia, e em especial sobre a situação muito preocupante dos Cinta-Larga, pedindo que o Ministério analise quais são as situações de emergência, bem como que seja feita sindicância em alguns pólos, para verificar a aplicação dos recursos. Pede que seja exonerado imediatamente Jorge Araújo, criticando as nomeações de cunho político, e também que seja feita visita aos Cinta larga, questionando finalmente como fica a situação dos



atendimentos haja vista que está sendo negado atendimento diante da perspectiva de saída da saúde indígena da Funasa.

A Dra. Márcia respondeu à fala de Lindomar quanto à paralisação do atendimento, de que um órgão estaria jogando a responsabilidade para o outro [Funasa – Ministério da Saúde], afirmando que assim que saiu a MP tiveram a preocupação, no Ministério, de fazer elaborar uma nota, que foi amplamente divulgada, na qual se informava que enquanto não sair o decreto tudo fica exatamente como está, ou seja, Funasa fica com a responsabilidade do atendimento. No entanto, ela própria constatou que a nota que havia sido amplamente divulgada na Casai de Boa Vista era outra nota, que falava dos depoimentos do presidente Lula dizendo “agora é com você, Temporão”, e não a nota que tratava da transição, que deveria servir para tranquilizar a todos. Diante desse fato, realmente se verifica que interessa a alguém passar uma informação totalmente equivocada a respeito desse assunto.

Quanto a como vai ficar a transição, e que pode vir a ser aperfeiçoada, pensou-se o seguinte: é uma reivindicação a criação e a autonomia dos DSEIs, mas ao dar a autonomia não vão criar nenhuma outra secretaria ou órgão intermediador entre os DSEIs e o ministério, e sim apenas a secretaria de saúde indígena. Portanto, a transferência de recursos será feita diretamente para os DSEIs, vão receber e gerenciar os recursos

Quanto à fala de Edimilson, já estão pensando ou já estão previstos dentro do decreto todos os pontos que colocou. Com respeito à conta especial da SAIs para os distritos, quando colocaram os DSEIs com autonomia orçamentária e financeira, já pensam que esse recurso não vai mais pensar para as prefeituras, mas isso não pode ser feito da noite para o dia, pois há todos os contratos que precisam ser observados. Quanto ao fornecimento de água e ao saneamento básico, estão pensando em solução que seja definitiva; no que tange às indicações, devem ter perfil técnico, de pessoas que abracem a causa indígena, não pode ser meramente política. A comissão considerou tudo o que o grupo de trabalho apontou, e pensou também nos aspectos emergenciais e naqueles que não são tão emergenciais. Enfim, afirmou concordar que



o melhor nome para gerenciar a secretaria é o do secretário Antonio Alves, o qual conta com todo o apoio, informando que vão levar essa indicação ao ministro Temporão.

A secretária executiva afirmou ainda que com as mudanças o DSEI passa a ter uma força maior, e a tendência é que, com um bom planejamento, consigam fazer toda a logística, com os DSEIs mais perto das comunidades. Independentemente de qualquer governo, o atendimento à educação e saúde é uma prioridade. Quanto às reivindicações quanto ao sul da Bahia, vão fazer fiscalização, mas um dos problemas é justamente não ter havido controle social devido, e por isso contam com os índios sendo os grandes fiscais, a sociedade fazendo o controle social que deve existir.

A Dra. Márcia afirmou ainda que não dependem do decreto para fazer algumas substituições, essa é uma idéia que ainda será apresentada ao ministro, informando que a secretaria que é o DSAI está sem secretário porque o Dr. Wanderley Guenka pediu demissão, mas ela continua existindo. Sendo que a Secretaria, junto com Faustino, que foi nomeado para ser presidente da Funasa, comprometeu-se a trabalhar nessa transição; precisam dela para uma transição tranqüila, e entende que o diretor que pode de imediato ser nomeado vai trabalhar na transição, pois não vai haver a necessidade de existir o DSAI na estrutura da Funasa. Será preciso ver se as pessoas que estão à frente dos DSEIs terão condições de permanecer ou se será preciso fazer mudanças. Finalmente, afirmou que o que está acontecendo nos Cinta Larga é um absurdo e vão verificar que medidas tomar.

O Dr. Antonio Alves afirmou que desde que começou a trabalhar nessas mudanças perceberam os problemas que estão acontecendo com relação à Funasa, por medo de alguns de perder o poder, insegurança... Agora precisam ver o que e como fazer para não haver a interrupção do atendimento. Podem levar para o ministro a proposta de um diagnóstico, mas a questão imediata com relação ao atendimento trata-se de avaliar quais são os coordenadores que têm condições de permanecer nos cargos e quais deverão ser substituídos, como fazer para, a médio prazo, contratar profissionais indígenas. Estão



discutindo a questão do planejamento, a criação do Fundo Nacional de Saúde, entre outros temas relacionados a essa questão.

Sansão Flores pergunta se há uma comissão responsável pela formulação da medida provisória, e se haveria a necessidade de participação da CNPI, a fim de contribuir com os esforços desse grupo. Brasília afirmou que acredita que as mudanças vão dar certo, que desde que a saúde saiu da Funai a situação melhorou em sua região, mas essa não é a realidade do estado do Paraná e dos demais estados do país.

Simone Karipuna destacou que há muitos anos as indicações no estado do Amapá são meramente políticas, e é muito difícil para os índios ir contra isso. Pergunta como fica a situação das pessoas que trabalham na Funasa, se serão automaticamente transferidas para os DSEIs. Ao que foi explicado que é direito do servidor solicitar que sejam redistribuídos caso não queiram ser transferidas.

Antonio Alves destacou que é preciso ter cuidado ao falar em indicações políticas, pois isso é algo relativo, haja vista que a indicação dele próprio por exemplo é de certa forma política, quer dizer, em certa medida esse elemento sempre vai estar presente. Afirmou que é estranho mesmo terem de falar da necessidade de um atendimento mais humano quando estão lidando com humanos, ou seja, o pressuposto é que o atendimento seja humano. Sobre parcerias, estão discutindo o trabalho em conjunto com universidades, considerando que de fato é algo muito importante.

A Dra. Márcia afirmou que no ministério ela tem uma função muito importante, de ajudar o ministro a fazer as coisas acontecerem. Muito do que foi colocado é importante, mas tem o seu tempo para acontecer, sendo que na linha de urgência há algumas coisas que já deveriam ter encaminhado antes mesmo dessa reunião. De imediato devem trabalhar arduamente para ter o decreto “na rua” na outra semana – estrutura e papéis definidos, nomeações, e aí fazer as outras coisas. Não vão poder fazer tudo de uma vez só, mas vão procurar sim nomear as pessoas procurando perfis que, mesmo com algum nível de indicação



política, se houver, possam fazer o que tem que ser feito. Devem ter como meta colocar o decreto na rua, nomear as pessoas e procurar corrigir os erros; devem avançar, pois embora haja resistência na Funasa precisam fazer a transição o mais rápido possível, pois a mudança já é um fato. Têm 15 ou 20 dias para fazer isso, articular com os órgãos que estão envolvidos, e não perder o diálogo, mobilizando-se no momento certo para colocar para toda a comunidade o que está acontecendo.

O Sr. Antonio Costa fez também uma intervenção, afirmando que se não fosse pelo doutor Antonio Alves não teriam chegado até esse ponto, pois ele tem se dedicado imensamente a essa questão. Lembrando que quem sustentou o atendimento à saúde indígena até hoje foram os trabalhadores terceirizados, que nunca antes tiveram a oportunidade de serem reconhecidos, pessoas que dormem embaixo de árvores, dormem em toyotas, sacrificam-se para cumprir suas atribuições. Portanto se chegaram até esse ponto agora isso se deve também aos trabalhadores abnegados da Funasa, que não têm hora para começar e terminar seu trabalho, e ainda ao controle social, que vem acompanhando e contribuindo para que se chegue até aqui. Concluindo, expressou confiança de que vão conseguir, vão alcançar os objetivos, pois as pessoas certas estão à frente desse projeto, como a doutora Márcia e Antonio Alves, que estão totalmente habilitados para concluir essa mudança que vai trazer muitos benefícios para os povos indígenas.

O senhor Clovis Ambrosio afirmou que já aconteceram muitas mudanças antes que não foram boas para os povos indígenas, mas que desta vez tem tudo para ser diferente, para ser algo positivo. E será, desde que tudo seja feito com transparência, dialogando com os povos indígenas como tem sido feito nesta reunião da CNPI.

Marcos Xucuru pergunta de que forma podem contribuir no processo de transição, inclusive, se for necessário, fazendo parte da equipe de elaboração do decreto. Lembrando que foi aprovada a participação da bancada indígena em evento que vai se realizar de 3 a 7 de outubro e propondo que a secretária da CNPI converse com o presidente da Funai para verificar como se poderia garantir a presença da bancada na referida reunião.



Comissão Nacional de Política Indigenista
6ª Reunião Extraordinária
Boa Vista – Roraima, 16 e 17 de abril de 2010

Foi registrada a presença de Davi Yanomami, que fez uma fala sobre a questão da saúde, no sentido de que antes os indígenas contavam com os pajés para se curar de quaisquer males à saúde e espirituais, sendo que hoje a realidade é muito diferente, há doenças novas, como as DSTs, que os pajés não sabem curar. Assim, se tornou muito importante contarem com um bom atendimento na área de saúde, bem como com campanhas e bastante informações sobre como prevenir e lidar com essas novas doenças.

Finalizando a sua participação na reunião, a Dra. Márcia reafirmou a alegria e honra de se fazer presente na reunião da CNPI, destacando que veio por determinação do presidente Lula e do ministro Temporão, com a finalidade de fazer as coisas acontecerem, pois não iam bem, e a partir das reivindicações indígenas se resolveu criar a secretaria, diretamente ligada ao ministro, o chefe maior da saúde. O presidente cumpriu seu compromisso e cabe ao ministro e sua equipe fazer a saúde indígena acontecer no Ministério da Saúde, sem prejudicar o atendimento e criando as bases para um atendimento melhor.

Repetindo a seguir a sugestão, que parece ter sido acatada, de fazer acontecer logo o decreto que permite a nomeação do secretário de saúde indígena indicado por todos, o Dr. Antonio Alves, e ainda a nomeação de Antonio Costa, para assumir transitoriamente a SESAI. E que possam ser tomadas as decisões, de acordo com as expectativas dos povos indígenas, lembrando que o Congresso está discutindo a MP e devem se mobilizar para acompanhar a discussão. Sendo que ministério tem condições de fazer várias coisas antes de ser aprovada a MP no congresso e está trabalhando nisso. Expressou alegria por ter sido convidada, frisando que leva desta ocasião muito conhecimento, com muita humildade está aprendendo, é uma apaixonada pela causa indígena e vai com certeza ajudar muito, dentro de seu cargo, tanto o presidente, o ministro, Antonio Alves e Antonio Costa, com vistas a modificar essa situação, não deixar que piore e sim que possam avançar. Despedindo-se, agradeceu a todos pela oportunidade.



Antonio Alves agradeceu também pelas palavras carinhosas, confessando que quando o ministro o designou para coordenar o GT, o seu contato anterior com a saúde indígena havia sido como médico cirurgião geral, portanto sua experiência era mais no atendimento de alguns indígenas que teve a oportunidade de operar – não tinha conhecimento dessa realidade. Uma das decisões que tomaram no grupo foi que precisava ir conhecer a realidade, para assim poder coordenar o grupo e apresentar propostas. Ocasão em que teve um contato marcante, em Dourados, de onde saiu arrasado, percebendo toda uma organização até boa do sistema de saúde, mas uma população sufocada num espaço mínimo, sem caça, pesca, sem futuro, sendo que já na estrada se deparou com índios embriagados, teve acesso a índices de suicídio elevado, destacando um fato que o marcou muito, em que, andando pela aldeia, testemunhou um caminhão da prefeitura que entrou na aldeia para jogar madeira seca, recolhida da cidade, e que serviria para poderem cozinhar os alimentos distribuídos nas cestas básicas. E, pensando que era preciso se tomar alguma iniciativa séria para lidar com essa situação, conversou com a Funai. E este trabalho o transformou enquanto brasileiro e cidadão, afirmando que os índios podem ter certeza de que terão nele um parceiro de toda hora na causa indígena.

Encaminhamentos para a questão da saúde

- 1) Solicitação de participação dos indígenas no processo de transição.
- 2) Que seja assegurada a participação da bancada indígena na reunião dos presidentes dos Fóruns de Condisi, a se realizar entre 3 e 7 de maio, em Brasília, oportunidade em que vai se discutir a questão da saúde e da secretaria em todo o Brasil, cabendo à Funai viabilizar essa participação.

Edmilson afirmou que essa reunião é uma motivação para continuarem na sua luta, afirmando que esperam que se possa coroar o fim do governo Lula com a criação da secretaria, que vai ser tão importante para os povos indígenas. Ressaltando que querem



participar como protagonistas na política de saúde indígena, pois têm todas as condições de contribuir “de igual para igual”. Entregando a seguir para cada um dos representantes da Funasa e depois aos membros da CNPI uma camiseta com os dizeres “Secretaria de Saúde Indígena”, propondo que a usem quando da vinda do Presidente Lula.

Informe GGI

A secretária executiva informou que, tendo em vista discussões anteriores e contato feito com o Pronasci, foi recebida mensagem convidando a CNPI para participar do GT Segurança Pública e Povos Indígenas, que visa a traçar um panorama geral da segurança pública em terras indígenas, constituindo um protocolo para atuação das Forças junto aos povos indígenas. Trata-se de um GT para discutir toda a questão de segurança em terras indígenas, voltado para os membros da CNPI, polícias e Academia, incluindo antropólogos e demais profissionais da área, formando um grupo a ser criado junto ao Senasp, estando o fórum previsto para acontecer entre os dias 18 e 21 de maio.

Como sugestão de encaminhamento sobre a proposição feita à CNPI, Saulo Feitosa/CIMI lembrou que essa discussão já ocorreu antes, e sugerindo que se incluía o Ministério Público Federal. A secretária executiva da CNPI, Teresinha Maglia, sugeriu que também fosse chamado o Ouvidor da Funai, Paulo Pankararu; Lylia Galetti/MMA, sugeriu que se possível participe toda a CNPI, e que se não for possível que participem os membros da Subcomissão de Justiça, Segurança e Cidadania, sugerindo ainda que a subcomissão já leve pronto, historiado, o que deve ser discutido, preparando-se para auxiliar nessa capacitação das forças policiais.

Finalmente, como **encaminhamento** para a questão do GGIM, fica definido que, confirmada a realização do evento, ficam escolhidos como participantes: membros da subcomissão de Justiça, Segurança e Cidadania; representante do Ministério Público Federal, a ser definido pelo órgão; o Ouvidor da Funai – Paulo Pankararu; o Ouvidor Federal – sr. Gercino.



A propósito, foi definido que fica pendente a discussão, muito importante sobre a minuta de portaria apresentada pelo Procurador Geral da União quanto à proposta de diretrizes para a atuação dos procuradores federais e juízes, que foi apresentada na última reunião da CNPI em Brasília.

Informe sobre a situação do cacique Babau

Tendo em vista a chegada à reunião do representante da sociedade civil, Saulo Feitosa/CIMI, com informações recentes a respeito da situação do cacique Babau Tupinambá, foi solicitada e acatada a inclusão desse tema na pauta. Com a palavra, Saulo Feitosa informou ter tomado conhecimento sobre a transferência do cacique Babau para a cidade de Mossoró, com a justificativa de que precisaria ser transferido tendo em vista evitar que os indígenas fizessem manifestações em frente ao local onde se encontrava preso, estando a família sem qualquer notícia sobre o local exato para onde foi levado e sua atual situação. Informando ainda que no momento se está tentando entrar em *habeas corpus*.

A propósito, Lylia Galetti, se propõe a se dirigir ao município de Uiramutã para entrar em contato com uma pessoa da Secretaria de Direitos Humanos para que possam agir o mais rapidamente possível; Luiz Titiah afirmou que tudo isso está acontecendo tendo em vista a morosidade da Funai em concluir o relatório da Terra Tupinambá, exigindo que possa participar também do GT que está sendo criado com a finalidade de fazer uma visita ao local onde se encontraria o cacique para levantar as informações sobre a sua situação.

Foi informado que a Política Federal fez solicitação ao juiz Pedro Holiday, de Ilhéus, que foi concedida. A 6ª Câmara realizou reunião em que a Funai se comprometeu a concluir o parecer das contestações (que são mais de duas mil) e dar resposta até agosto. A denúncia contra os Tupinambá é de formação de quadrilha e os 4 chefes seriam lideranças indígenas. Tendo se informado ainda que não estavam sendo permitidas visitas ao cacique, somente com procuração, de forma que a visita deveria ser feita somente após contato com o



Ministério da Justiça, que deverá por sua vez entrar em contato com a Polícia Federal para que se permita a visita.

A assessora da Presidência, Fabiana Melo, que havia chegado há pouco à reunião, sugeriu que se fizesse contato com o Procurador da Funai e com o coordenador da Funai na região, para que pudessem tomar alguma providência urgente quanto ao caso. Luiz Titiah afirmou não aceitar o contato conforme proposto, exigindo uma resolução imediata para a situação do cacique.

Encaminhamento – situação do cacique Babau

- 1) Que se façam os contatos propostos para tentar obter informações sobre a situação do cacique;
- 2) Que seja formada comissão para fazer visita até a região, composta de 4 pessoas - representante da Funai, Procurador da Funai, Luiz Titiah e Saulo Feitosa, cabendo à Funai/MJ providenciar o deslocamento dos membros pela Funai.
- 3) Que se obtenha autorização junto ao Ministério da Justiça para que possam efetivar a visita uma vez chegando ao local onde se encontra Babau.

Diante da solicitação da bancada indígena, a representante da Funai ficou de verificar a possibilidade de que a Funai adquira as passagens o mais rapidamente possível, sendo a solicitação da bancada que o deslocamento ocorra na quinta ou na segunda feira próximas. Teresinha Maglia explicou que somente com procuração se pode entrar na carceragem da Polícia Federal, sendo necessário fazer contato via Senasp e Depen. Foi sugerido ainda que seja feito contato com a mídia que se encontra presente na TI para denunciar a situação, mas não foi tomada nenhuma medida efetiva nesse sentido.



Seminários sobre empreendimentos com impactos em terras indígenas

Foi explicado que há duas datas dos seminários que estão se chocando com as datas da PNGATI, cabendo à secretária executiva da CNPI e à representante do MMA discutir e propor novas datas para os eventos.

Encaminhamento sobre a questão da Agenda Social e dos Planos Regionais

Haja vista o fato de que a assessora da Presidência, Fabiana Melo, só pôde chegar à reunião no final deste dia 17, e devido ao adiantado da hora, foi decidido que não seria possível fazer a apresentação sobre a Agenda Social e Planos Regionais nesta reunião. Como encaminhamento, foi decidido que deve ser marcada reunião com a comissão formada para discutir o regimento interno da Funai, aproveitando que a bancada indígena vai se reunir em Brasília entre 3 e 7 de maio, a fim de discutir a criação da Secretaria de Saúde Indígena.

Tendo se esgotado a pauta desta 6ª Reunião Extraordinária da Comissão Nacional de Política Indigenista, considerou-se encerrada a presente reunião, da qual eu, Karla Bento de Carvalho, lavrei a presente memória, devendo esta e a ata/degravação integral serem aprovadas pelos membros da CNPI em sua próxima reunião ordinária.

Boa Vista, 17 de abril de 2010.